



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 66/2021
Inexibibilidade de Licitação n.º 03/2021

OBJETO: Contratação de SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA BRENO REIS E MARCO VIOLA.

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Jurídico em relação a contratação de show artístico a ser realizado pela dupla Léo Henrique e Renan, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93.

A Secretária Municipal de Turismo e Cultura solicitou a contratação da dupla Breno Reis e Marco Viola para a realização de show musical durante o evento denominado "Encontro de Música Raiz" a ser realizado nos dias 12 a 14 de novembro de 2021, em Porto Esperidião/MT.

Em resumo, justificou que se trata de um evento regional que nos dias de sua realização reúne muitos visitantes em busca de lazer de qualidade. Justifica que evento proporciona expressivo aumento da ocupação hoteleira e aquecimento dos demais seguimentos do comércio local e regional.

Observa-se que não há documentos que comprovem as justificativas apresentadas.

O objeto está descrito adequadamente, nos termos do artigo 40, I da Lei de Licitações. O Termo de Referência corrobora com a descrição do objeto. Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º "caput" da Lei de licitações.

Não sendo desarrazoado alertar que pelo cometimento de ato danoso ao erário será o gestor alcançado pelos sistemas de controle interno e externo.



Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O gabinete do Prefeito autorizou a abertura do procedimento de licitação e o Prefeito autorizou que fossem tomadas as providências necessárias para a abertura do procedimento licitatório.

Encontram-se anexados os documentos fornecidos pela contadoria da prefeitura que atestam a existência de dotação orçamentária para o pagamento dos artistas.

A pesquisa nos sites de busca da rede mundial de computadores Internet resulta que a dupla realiza shows públicos. O Edital informa que a referida dupla possui bons resultados e apresentação de show nacional consagrado pela opinião pública e crítica especializada.

Estão anexados cópias de notas fiscais pagamento de shows em cidades do estado de Mato Grosso/MT (Barra do Bugres – valor R\$ 55.000,00) e em Poconé/MT do que se denota que a dupla é conhecida e detém reconhecimento público em nível regional, bem como atesta que o preço da contratação é compatível com o preço praticado pela dupla na região.

A Nota Fiscal fornecida pela prefeitura de Gloria D'Oeste-MT estampa que a dupla foi contratada pelo município pelo valor de R\$ 44.500,00.

Segundo a Secretaria Municipal de Turismo o evento Encontro de Música Raiz atrai pessoas das cidades circunvizinhas e serve para divulgar a produção cultural do município e as benesses naturais do rio Jauru, e em decorrência atrair turistas. Fatos que justificam, economicamente, a contratação de show nacional, desde que dentro das previsões e compatibilidade orçamentária.

Os orçamentos (Notas Fiscais) anexados demonstram que o preço se aproxima dos valores cobrados pelas artistas em outros municípios.

A contratação está sendo feita diretamente da empresa PEDRO BATISTA CORREIA LTDA, que detém a representação exclusiva dos artistas, haja vista que é vedada a contratação por meio de intermediário. Conforme Declaração e Carta de Exclusividade à empresa PEDRO BATISTA CORREIA LTDA anexada (art. 25, Inciso III, da Lei de Licitações).

Para a contratação de artista é necessário respeitar no processo licitatório o princípio da impessoalidade, atendimento ao interesse público e tratamento igualitário, previstos no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

Porém, é possível a contratação de personalidades do setor artístico sem obrigatoriedade de licitação, desde que preenchidos os requisitos legais e constitucionais, e respeitada a necessidade de formalização do respectivo processo para a aferição das exigências.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

No presente caso, está anexada a comprovação de que se trata de artistas consagrados regionalmente, uma vez que é notório o seu reconhecimento público. Tendo, inclusive, realizado apresentações em Barra do Bugres, Poconé e Glória d'Oeste/MT.

A possibilidade é prevista no artigo 25 da Lei 8.666/1993, que autoriza a Administração Pública a fazer a contratação direta de artistas consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Desta forma, no presente caso, está evidenciada a existência de situação de inexigibilidade de licitação de que trata o art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, verbis:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

Estando o processo devidamente instruído com os documentos necessários à análise, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação, o qual submeto, respeitosamente a apreciação superior, para que reanalise o objeto e decida pela contratação.

S. M. J.

Porto Esperidião, 03 de novembro de 2021.



José de Barros Neto
Portaria 58/2012

José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 8841-E